# ATA DA XLI REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS CONTAS

Aos oito dias do mês de novembro de 2021, foi realizada a XLI Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, das 9:00 às 18:00, em formato híbrido, presencialmente na Câmara Municipal de Piatã, localizada no endereço Praça Izidro Viana, Centro, Piatã-BA e virtualmente via aplicativo Microsoft Teams (gravada na íntegra e disponibilizada ao INEMA). O Secretário do Comitê, Ricardo Jucá Chagas, constatou quórum e a presidente do Comitê, Josilene da Silva Rocha, abriu a reunião desejando boas-vindas a todos e apontando a relevância da pauta a ser discutida. A reunião se iniciou com uma apresentação da Presidente Josilene sobre o Plano de Bacia do Rio de Contas, esclarecendo os presentes sobre os pontos principais do diagnóstico, o prognóstico e o plano de ação para a gestão proposta a Bacia do Rio das Contas. A presidente esclareceu que as ações propostas no Plano tem suas responsabilidades divididas entre o Comitê, o Setor Público e o Setor privado, incluindo os usuários de água. Acrescentou que estas ações serão melhor detalhadas no futuro com o avanço dos estudos da Câmara Técnica de Planos, Produtos e Projetos (CTPPP). Uma representante da comunidade questionou com serão realizadas as atualizações das outorgas atuais a partir das diretrizes do Plano de Gestão. A presidente então solicitou que estas demandas sejam formalizadas em ofício e encaminhadas ao Comitê para os devidos encaminhamentos. O representante Jeferson Andrade disse que estava ouvindo o áudio "todo embolado" e que estava difícil acompanhar a discussão. A funcionária do INEMA que estava apoiando a reunião, Thamires orientou as pessoas que falassem mais alto e mais próximos ao microfone. O representante da EMBASA Deusdete Brito teceu vários comentários sobre as questões das outorgas, que há obras de intervenção que estão sendo realizadas sem autorização e licenças de outorga. Acrescentou que a Embasa tem se preocupado e investido para fazer um uso eficiente dos recursos hídricos. Salientou ainda a importância do papel das prefeituras junto aos comitês nestes processos. Em seguida a Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do município de Dom Basílio, enfatizou a necessidade de uma descentralização na gestão das águas, com o fortalecimento dos municípios, junto aos estados e a união afim de atingir as metas propostas pela ONU para o acesso e a gestão sustentável dos recursos hídricos até 2030. Edite ressaltou a atuação do município de Dom Basílio com projetos de apoio aos pequenos agricultores, auxiliando o cadastro dos agricultores junto ao SEIA, com apoio do INEMA nos processos de dispensa de outorga. Sugeriu também um trabalho mais intenso do estado junto aos municípios cobrando dos municípios sua responsabilidade ambiental. A presidente parabenizou o município, ressaltou a necessidade se ter uma postura de autorresponsabilidade para que os processos avancem. Salientou ainda a necessidade da ampliação dos recursos humanos para a gestão das águas nos órgãos públicos responsáveis. Em seguida a presidente passou para o ponto de pauta informando as ações do comitê para a implementação das metas do plano de gestão. Esclareceu que um ponto importante seria a implementação da cobrança pelo uso da água, por meio da criação da agência de bacia. Disse também que o comitê como órgão deliberativo consultivo e que não pode executar suas ações. Atualmente depende do INEMA para realizar contratações. Para tal, a criação da agência de Bacia. Assim, o comitê está buscando informações para subsidiar a implementação da agência de bacia. Esclareceu o que é a cobrança do uso da água e sua importância como instrumento da Política de Recursos Hídricos. Explicou que os recursos arrecadados pela cobrança são utilizados para viabilizar e efetivar as ações previstas no plano de bacia e são executados de forma transparente pela agência de bacia com fiscalização do comitê e da sociedade civil, evitando desvios de suas finalidades. Neste sentido, a presidente informou que se iniciaram as discussões na Câmara Técnica de Instrumentos Legais (CTIL) coordenado interinamente por Jeferson Andrade. Inicialmente a CTIL se debruçou sobre dias questões principais: 1) Quais são os procedimentos iniciais para a implementação da cobranças pelo uso da água na bacia do Rio das Contas? e 2) Quais os entraves para a cobrança do estado da Bahia? Em seguida a economista Ana Carolina, secretária da CTIL apresentou uma síntese das discussões. A Ana Carolina relatou que as discussões iniciais forma para entender o que é a cobrança no uso da água e quais são os processos e porque na Bahia ainda não há a cobrança, embora seja um

instrumento previsto na Lei das Águas. Esclareceu que muitos comitês do Sudeste e do Sul do Brasil já fazem uso deste instrumento para poder racionalizar a água. Alertou que a situação da bacia é preocupante, com vários pontos de colapso hídrico e que precisamos buscar soluções para reverter esta situação. Uma das formas para racionalizar o uso da água é pela cobrança. A primeira reunião da CTIL foi para entender quais são os passos envolvidos neste processo. A cobrança pode regular o uso da água e se tornar uma fonte de financiamento das ações previstas pelo Plano de Gestão do Comitê, como por exemplo a recuperação de áreas degradadas. A partir do momento que a cobrança é viabilizada, inicia-se uma longa discussão e um amplo estudo pelo comitê e pelas câmaras técnicas dos valores e das forma de cobrança. A partir deste estudos o Comitê decidirá sobre os valores a serem cobrados em discussão com todos os setores envolvidos e de forma justa. O plano de cobrança então depois de ser aprovado pelo comitê será aprovado pelo CONERH em um longo processo. Estas etapas envolverão oficinas com os municípios e com a Sociedade. Esclareceu também que cabe ao comitê definir quais são as atividades e os usuários que serão isentos da cobrança pelo uso da água. Posteriormente o recebimento, a aplicação e execução das ações com recursos da cobrança serão realizados pela agência de bacia, incluindo o seu próprio funcionamento. Após a explanação da Ana Carolina, o coordenador da CTIL Jeferson Andrade respondeu a questão do porquê da não cobrança ainda no estado da Bahia. Segundo ele o maior entrave hoje é a falta de uma pactuação política entre os diversos órgãos gestores, o estado e os comitês. Esclareceu que administrativamente a ANA considera que as bacias que têm foz com o Atlântico Leste elas formas uma grande bacia e o Fórum dos comitês de bacia discutirão como este diálogo com o governo do estado será feito. A proposta é se promover um Encontro Estadual dos Comitês de bacia para se pactuar estas ações preliminares. Outa questão colocada por Jeferson é que as atividades dos órgãos gestores deverão disponibilizar as informações sobre o sistema de cobrança e o sistema de arrecadação, fazer o cadastro de usuários e regularização dos usos e ratificação dos usuários. Assim, para que os comitês façam isto precisarão de recursos que deverão ser disponibilizados pelos órgãos gestores. Concluiu que estas discussões da CTIL estão apenas começando e precisará de uma ampla participação dos membros comitê e de toda a sociedade envolvida. A presidente Josilene parabenizou a CTIL e gradecendo a disponibilidade para a participação. Em seguida o representante Jonatas Mello enfatizou a importância das compensações ambientais para a revitalização das nascentes e do meio ambiente e do desassoreamento dos rios. Solicitou que as compensações arrecadas na bacia sejam aplicadas na própria bacia. Deu exemplo da empresa Atlantic Níquel que entrega os recursos das compensações ao Parque do Conduru. O senhor Nilton Barros pediu a palavra para fazer o registro dos impactos provocados pela FIOL (Ferrovia Oeste-Leste) no trecho de Tanhaçu a Ubaitaba, cerca de 300km sobre o leito do Rio das Contas, questiona se não houve uma condicionante para este trecho que foi muito atingido, informou também que houve em uma reunião do comitê uma denúncia de produtores rurais com fotografias e vídeos das estrada que liga Jequié a Manoel Vitorino na região das Pombas que ficou no entorno do lago da Pedra, esta estrada além de degradada, por conta da ferrovia, incluindo detonações, construções e escavações. Então alerta que houve um grande impacto pela construção desta ferrovia. Questiona se não houve condicionante para recuperar a mata ciliar que foi degrada. A presidente esclarece que o comitê vai encaminhar um ofício solicitando informações sobre estas condicionantes à empresa e ao órgão fiscalizador, possivelmente o IBAMA. Em seguida a presidente convidou o professor Ricardo para apresentar o resultados das discussões da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP). O professor Ricardo esclarece que a reunião do dia 3 de novembro passado, teve o objetivo de recompor a câmara técnica que estava desmobilizada. Além disso, foi feita uma avaliação e uma discussão sobre as metas propostas no plano e quais delas poderiam iniciar uma discussão, já que não são disponibilizados recursos para tal no momento. Assim, a CTPPP verificou que no item 9 tem ações que podem ter sua discussão iniciada a exemplo da criação de um grupo gestor para atualização e acompanhamento da gestão dos recursos hídricos, criação de um plano de investimentos, que mesmo sem recursos poderiam ter suas discussões iniciadas, a construção do "pacto das águas", a divulgação das ações e da implantação do plano. Muitas outras metas são etribuidas a órgãos como SEMA, INEMA, Secretaria de Infraestrututa, EMBASA etc. O que estamos fazendo é iniciar uma discussão sobre estes pontos, mas com pouco participação ainda.

Foi feita ainda uma eleição da coordenação da CTPPP e o professor Ricardo Jucá Chagas ficou como coordenador. Ele o professor Sergio Sonoda da UESB (Membro da CTPPP) estudarão a questão da mitigação dos problemas relacionados à infestação das "baronesas" plantas aquáticas. Assim, o foco inicial será dialogar com as prefeituras e órgãos governamentais sobre os possíveis andamentos das metas propostas no plano e que envolvam estes atores. Em seguida a presidente Josilene esclareceu que os assuntos tratados pela CTPPP estão de forma concisa na pg. 161 do caderno síntese executiva do Plano. A presidente agradeceu pelos trabalhos da CTPPP e passou a palavra ao membro Jonatas Mello. Jonatas Mello ressaltou a importância de ser fazer um diagnóstico sobre a atual situação da bacia e reforça a importância da participação dos municípios na gestão dos corpos hídricos. Em seguida a presidente passou a palavra ao Paulo Baracho (SEMA, Itacaré) ressalta a participação dos municípios, agradece a participação de todos e propõe que a próxima reunião do CBHRC seja em Itacaré. Em seguida o representante Gilvan Barbosa de Ipiaú denuncia a situação preocupante, com liberação de esgoto e detritos dentro dos corpos de água dos rios e matas ciliares na região, enfatiza que todo o lixo e esgoto da bacia acaba sendo despejado em Itacaré e apoia os projetos de restauração das matas ciliares dos rios. Cobra ações e o fortalecimento do INEMA na fiscalização e proteção ambiental. Enfatiza que os projetos de mineração da região estão destruindo nascente e matando os rios, como o rio do Peixe, e cobra compensação das mineradoras. A presidente agradece e passa a palavra para a apresentação do plano PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) por representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Município Piatã. Inicialmente foram apresentadas as diretrizes, as quatro modalidades de PSA, o público alvo e o suporte legal das legislações Federal e Estadual. Em seguida foram apresentados os principais locais para a implementação do PSA, a saber: Córrego Três Morros, Área do Machado, área do Rio de Contas e área do Cochó. Estas áreas foram selecionadas por sua importância como regiões de nascentes. Foi também apresentada a metodologia de implementação, que será feita por edital e posterior contrato direto entre a SMAT de Piatã e o prestador. Os representantes acrescentaram que a valoração e precificação dos serviços ambientais serão definidos através de regulamento criado pela SMAT. Serão ainda estabelecidos indicadores de efetividade por meio de critérios objetivos, mensuráveis e confiáveis. Os recursos serão provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente, tesouro municipal, acordos, convênios, contratos e compensação ambiental. A presidente agradeceu a apresentação esclarecedora e passou a palavra para a economista Ana Carolina Kokubo Queique que fez uma explanação sobre o tema "Conflito Socioambiental, contexto de expansão e atual conjuntura do agropolo no gerais de Piatã". Ela começa sua apresentação fazendo um resumo da situação que já foi foco de várias discussões do CBHRC. Tudo começou com a proposta de construção de uma barragem em 2013 sem licença de supressão de vegetação, a partir de então foi gerado um amplo debate sobre a instalação do empreendimento na localidade. O empreendimento fica localizado próximo às nascentes do Rio das Contas. Em 2015, o INEMA autorizou a construção desta barragem e no ano passado o INEMA emitiu duas licenças de supressão de vegetação na área. O empreendimento trará graves impactos ao meio ambiente, qualidade e disponibilidade da água para a bacia e às comunidades da região onde a agricultura familiar é a principal atividade econômica. Além disso, o agropolo (Hayashi + Trebeschi) já tem autorizados pelo INEMA a perfuração de pelo menos cinco poços artesianos. Segundo Ana Carolina estas solicitações de poços possuem inconsistências, de área e capacidade de uso de água, incluindo ausência de EIA-RIMA. Além, disso um outro empreendimento adjacente está solicitando a construção de mais 10 poços artesianos. Ana Carolina apresentou diversos mapas dos empreendimentos mostrando as incompatibilidades de escala e posicionamento privilegiado próximo às nascentes de três importantes bacias hidrográficas da região, do Rio das Contas, do Rio Paraguaçu e do Rio Paramirim. De acordo com Ana, atualmente as licenças de supressão de vegetação estão suspensas por liminar concedida ao ministério público e aguarda julgamento. Ela alega que o empreendimento põe em risco a qualidade e a quantidade da água disponível para a bacia e para a região. Ela também alertou que há exemplos de outros empreendimentos semelhantes que estão afetando a disponibilidade e qualidade hídrica em Mucugê e ela teme que o mesmo ocorra em Piatã. Ainda, ela acrescentou que há empreendimentos de mineração da região que também estão provocando conflitos socioambientais. A Brazil Iron instalou um empreendimento

próximo às comunidades quilombolas do Mocó e da Bocaina. As comunidades estão denunciando que esta mina, principalmente depois de 2019, começaram a perceber a contaminação das águas e o assoreamento de algumas nascentes que historicamente forma utilizadas pela comunidade e hoje isto não é mais possível. Agricultores estão deixando de plantar devido à má qualidade e disponibilidade da água. Ana informa que os moradores estão denunciando o depósito de poeira em cima das casas e das lavouras, inviabilizando seus meios de subsistência. Ana Carolina também denuncia a falta de disponibilidade de informações por parte do SEIA. Este empreendimento não possui EIA-RIMA e foi autorizado para atividades distintas das que estão sendo feitas no local. A empresa também possui um plano de expansão na região o que aumenta ainda mais as preocupações sobre seus impactos. Ana Carolina apresentou dados preocupantes da qualidade da água gerados por laboratórios da UFBA em parceria com outras instituições. Os resultados indicaram taxas de concentrações elevadas de Bário, Zinco, Cromo e Manganês. No final Ana Carolina fez uma reflexão sobre a situação uma vez que estes impactos serão compartilhados por toda a bacia hidrográfica do Rio das Contas. Alerta que esta região do Alto Contas é um "berço das nascentes" do Rio das Contas e onde os índices pluviométricos são expressivos, tal qual diagnosticado no Plano de Gestão da Bacia aprovado. Acrescente que a região é rica em espécies endêmicas e algumas em perigo de extinção. Para finalizar ele apresenta documentos que comprovam que 100% desta região é de alta ou muito alta vulnerabilidade hídrica. Ainda, muito empreendimentos de geração de energia eólica estão se instalando na região. Ana Carolina termina sua fala alertando para os riscos destes empreendimentos e da necessidade de haver um esforço coletivo para superar estas dificuldades. A presidente agradeceu a esclarecedora fala da Ana Carolina, ressaltou a importância de que todos os empreendimentos sejam analisados á luz de sua importância, mas também de seus impactos e das diretrizes do Plano de Gestão da Bacia do Rio das Contas. Em seguida Josilene Rocha passou a palavra para o representante do ministério público, o Dr. Augusto César Carvalho de Matos. O Dr. Augusto agradeceu ao convite e acrescentou que a fala de Ana Carolina foi muito esclarecedora sobre a situação. Iniciou sua fala dizendo que a área do Gerais de Piatã é conhecida por todos como área de recarga para três bacias citadas anteriormente, como um remanescente importante de mata nativa e também como um local de abrigo de espécies ameaçadas de extinção. Esclereceu que o Ministério Público diante deste pool de interesses na preservação e na conservação deste importante manancial da Chapada Diamantina, seja de recurso natural, hídrico ou de floresta, estabeleceram e instauraram um investigação profunda que resultou em uma ação civil pública que temporariamente impediu a instalação do agronegócio com a inicial supressão de mais de mil hectares. Explicou que esta ação foi aceita porque toda e qualquer deliberação do Comitê de Bacia deve ser rigorosamente acatada. Acrescentou que a gestão hídrica no Brasil e nos estados é feita pelo regime democrático e através de seus Comitês de Bacia. Ele esclareceu a base legal desta afirmação e se disse honrado em poder ter voz no comitê. Acrescentou que o "rosário de ilegalidades" ganha mais uma conta, uma vez que o Comitê, desde o início se apresentou contrário à instalação desta grande barragem, que comprometeria o Rio de Contas e todo este manancial das nascentes dos Gerais. Informa que o Comitê apontou todos os impactos negativos á instalação de um novo agropolo de atividades agrossilvipastoris. Pelos impactos pela água, comprometimento das espécies já catalogadas em extinção. Esclarece que o próprio estado reconhece estas espécies e informa que a justiça acatou a decisão judicial, pelo impossibilidade destas espécies serem abrigadas com a supressão, não havendo local de fuga e nem os 20% das reservas legais no negócio abrigariam estas espécies. Além disso, informa que a própria SV emitida pelo INEMA é ilegal, isto foi apontado pelo ministério público em mais de 82 laudas de documentação pública. Informou que disponibilizou no chat o link com esta documentação. Assim, o ministério público apontou os erros, as ilegalidades e recomendou ao INEMA que suspendesse a atividades. O Inema não acatando, configura a intensão doloso do órgão do estado em se fazer preponderar sobre as deliberações do Cimitê e mesmo assim referendar e conceder uma licença de supressão vegetal, uma autorização para manejo de fauna e toda a instalação do agronegócio de maneira ilegal. Acrescenta que as áreas de APP não foram consideradas, as áreas embrejadas, inclusive indo de forma contrária a um parecer prévio do INEMA que considera estas áreas com de preservação permanente. Diante disso, o ministério público com base em estudos de seu centro

de geoprocessamento, pelo suporte da sociedade civil comunidade e das deliberações do Comitê de bacia. O MP pediu a suspensão imediata das licenças e a cessação da supressão da mata que já estava acontecendo a todo vapor. Segundo o Dr. Augusto, calcula-se que cerca de um terço desta mata nativa original de meio hectare já se perdeu até que esta decisão liminar tenha podido ser cumprida. Disse também que outro aspecto legal descumprido pela empresa e pelo INEMA era a impossibilidade em se havendo áreas abandonadas e improdutivas se concederem novas supressões. Acrescentou que existe um estudo que aponta quais seriam as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no estado da Bahia e entre estas áreas consideradas de alta relevância para a preservação é justamente este local dos Gerais de Piatã responsáveis pela recarga hídrica das três bacias. Ele aponta que este talvez seja o maior crime ambiental que a Chapada Diamantina tenha se deparado nos últimos tempos. O promotor comenta que o MP de maneira absolutamente transparente, comungando dos anseios da sociedade civil e referendando as deliberações do Comitê de Bacia, que não precisariam sequer serem referendadas, porque toda e qualquer deliberação do Comitê precisa ser obrigatoriamente respeitado, peo órgão ambiental do estado, que é apenas um executor da politica pública que é definida segundo a Lei de Recursos hídricos pelo Comitê de Bacia. Esclarece que as decisões a respeito dos usos da água elas passam necessariamente pelo Comitê de Bacia. Acrescenta que o comitê não só discutiu, mas deliberou e aprovou moções expressas e públicas no sentido de banir este tipo de empreendimento do seu Gerais, pela importância de recarga, pela existência de espécies nativas, pela imprecisão dos estudos do INEMA. Enfim aponta que há um rosário de ilegalidades de fácil constatação por qualquer técnico e especialista na área e muito mais ainda por especialistas de direito. Assim, o Dr. Augusto só reforça as falas anteriores, reforço o fato público amplamente discutido e que se encontra ainda sob júdice. Esclarece que esta ação do ministério público está em grau de recurso, o tribunal de justiça marcou recentemente uma sessão de julgamento para a decisão da continuidade ou não da instalação do agronegócio, e encontra-se temporariamente suspensa. Informa que este julgamento foi adiado. Alerta sobre a importância de que estes fatos voltem novamente à discussão e que todas estas razões aqui expostas pelo MP, pela sociedade civil e pelas deliberações do Comitê possam ser respeitadas, ouvidas e tecnicamente rebatidas, o que não feito pelo órgão do estado. O promotor se coloca à disposição para maiores esclarecimentos e agradece pelo momento de fala. A presidente do CBHRC agradeceu a fala do Dr. Augusto César Carvalho de Matos, pela clareza. Em seguida denotou a sua preocupação de que estas ações do MP e da sociedade civil são sempre lutas pontuais e quando dos novos processos de licenciamento sigam uma sequência normal e que sejam criadas ferramentas para proteger esta área. Informa que o Comitê continuará atento a estas aberrações em licenciamentos não sejam cometidas. Disse que a sociedade de Piatã pode contar com o comitê para estas lutas, porque esta luta é de todos da bacia. Em seguida o representante de Itacaré Paulo Baracho pediu a palavra agradeceu e parabenizou o Dr. Augusto pela fala, e solicitou que toda e qualquer licença ambiental fosse apresentada ao Comitê para evitar este atropelos. A presidente esclarece que o Comitê já tem uma deliberação neste sentido, que o Dr. Augusto apontou e informou que as mesmas foram desrespeitadas. Ela propõe que seja um ponto de discussão da CTIL, de indicar uma área prioritária dentro da bacia e nos ajudar sobre isto e verificar que tipo de instrumento poderá ser utilizado neste caso. Em seguida pediu a palavra o Senhor Nilton Barros que congratula o Dr. Augusto Cesar e Ana Carolina pelas brilhantes explanações, e questiona se o barramento do gritador está dentro da ARIE do Rio das Contas. Ana Carolina esclarece que não, inicialmente foi proposto que toda esta aérea, incluindo a do Gritador e todo o Gerais fosse incluída. Acrescenta que esta área, apesar de toda a importância que tem está desprotegida pela Lei. Em seguida o professor Ricardo pediu a palavra elogiou as apresentações de Ana Carolina e Dr. Augusto, relatou que todos estão fazendo o seu papel no lmite de suas possibilidades e questionou o que mais poderia ser feito dentro desta situação. Ressaltou a importância da Bacia do Rio das Contas como mantenedora de uma rica e especial biodiversidade, ressaltou a presença de espécies de peixes ameaçados na bacia que pode chegar a quatro espécies incluindo a piaba *Hasemania piatan*.O professor sugere que se faça um esforço coletivo para que se amplie a divulgação desta situação perante a sociedade como um todo. Em seguida o representante de Ipiaú, senhor Gilvan Barbosa também parabeniza Ana Carolina e Dr. Augusto pelas apresentações e os convida Ana Carolina para visitar Ipiaú e

elogia o trabalho do Promotor Augusto pelo qual se diz representado. O Dr. Augusto agradece os elogios e diz que o ministério público é grande e uno. Observa a importância deste momento de reunião e ressalta que o Comitê é uma instância importante para estancar estes desvios. Alerta que a produção de riqueza se dá por recursos naturais que são seus insumos.O Dr. Augusto enfatiza que a falta de licenciamento deste empreendimentos, com liberação de SV e uso de outorga pela água. Onde o plano de bacia e as deliberações do Comitê não são respeitadas. Acrescentou que o Ministério Público ajuizou ações para restabelecer os licenciamentos ambientais nas esferas estadual e federal. Alerta que estes ingredientes são perfeitos para o caos ambiental com reflexos a curto prazo, com déficit hídrico em diversas regiões da Chapada que são áreas produtoras de água e prioritárias para a preservação. O Dr. Augusto endossa as falas anteriores para estas deliberações do Comitê possam se tornar mais públicas e ganhar um corpo maior de divulgação e publicizada. O promotor alerta que este instrumento de gestão e deliberação dos Comitês é a única salvação que resta ao meio ambiente. Ele conclui que está a muitos anos de trabalho na região da Chapada Diamantina e vê diariamente os reflexos deste tipo de ações. Em seguida a presidente pergunta a Ana Carolina se ela tem alguma sugestão de encaminhamento. Ana Carolina ressalta a importância das ações do Comitê que está deliberando e documentando as ações do INEMA em relação ao problema dos Gerais e que estas deliberações serão ouvidas durante o julgamento destas ações. Ana Carolina sugere ao Comitê que solicite uma revisão das licenças de trabalho e dos cinco poços, pois sabe que eles estão solicitando outros poços artesianos nos Gerais. Ela também pede ao comitê que solicite a restauração do conselho de fiscalização da Brasil Iron bem como documentos pertinentes às atividades da empresa nos Gerais. Ela esclarece que na área de atuação da mineradora há caatinga preservada e nascentes. A presidente agradece as proposições, diz que infelizmente tempo para discussão é curto, pois o tempo de liberação da câmara de Ipiaú para a reunião está esgotado. Esclarece que antes de encerrar vai deixar em aberto os encaminhamentos e solicitações da Ana Carolina e talvez fazer uma extraordinária para debater e deliberar sobre o tema. Após isto a Presidente mais uma vez agradece a participação do Dr. Augusto e ressalta a importância de deliberar sobre o calendário de reuniões do CBHRC. O Professor Ricardo, apresentou o resultado da votação feita, via formulário eletrônico disponibilizado via WhatsApp aos membros. Os votos foram contabilizados para os locais das próximas reuniões do comitê e nas datas previamente definidas nesta mesma reunião. Assim, após a apuração ficaram definidas as próximas reuniões para o dia 19 de abril de 2022 em Itacaré, dia 21 de junho em Dom Basílio, dia 23 de setembro em Jequié e 21 de novembro em Abaíra. Os resultados foram referendados pelos membros presentes.

. A presente ata, após lida e aprovada, será assinada pela diretoria e validada pelos demais membros.

Caetité, 03 de maio de 2022

**Josilene da Silva Rocha**
**Presidente CBHRC**

**Fabiana Carneiro**
**Vice-Presidente CBHRC**

**Ricardo Jucá Chagas**
**Secretário CBHRC**